



PERÍCIA OFICIAL DO MARANHÃO-MA

AGENTE DE PERÍCIA CRIMINAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico e Científico
- ▶ Informática
- ▶ Noções de Direito
- ▶ História do Maranhão
- ▶ Geografia do Maranhão
- ▶ Noções de Criminalística
- ▶ Noções de Medicina Legal
- ▶ Arquivologia
- ▶ Legislação Especial

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL N° 1 - PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA
CRIMINAL, DE 17 DE JULHO DE 2026**



BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



PERÍCIA OFICIAL DO MARANHÃO – MA

Agente de Perícia Criminal

**EDITAL Nº 1 – PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA
CRIMINAL, DE 17 DE JULHO DE 2026**

CÓD: SL-153JL-26
7901183002948

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	12
3. Domínio da ortografia oficial	18
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	22
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	25
6. Emprego de tempos e modos verbais	25
7. Domínio da estrutura morfosintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	27
8. Emprego das classes de palavras	30
9. Emprego dos sinais de pontuação	39
10. Concordância verbal e nominal	41
11. Regência verbal e nominal.....	45
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	49
13. Colocação dos pronomes átonos	51
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	53
15. Significação das palavras.....	54
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto	57
17. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.	57

Raciocínio Lógico e Científico

1. Estruturas lógicas.....	81
2. Lógica de argumentação	84
3. Lógica sentencial (ou proposicional).....	87
4. Princípios de contagem e probabilidade.....	93
5. Método científico.....	100
6. Fundamentos de eclética.....	104
7. Pensamento lateral e vertical	108
8. Hipóteses e teorias	111
9. Viés de pesquisa	114

Informática

1. Noções de sistemas operacionais	123
2. Noções de redes de computadores	131
3. Navegação e busca na Internet.....	141
4. Correio eletrônico.....	145

5. Redes neurais e inteligência artificial.....	148
6. Noções de computação na nuvem.....	149
7. Segurança da informação	151
8. Noções de algoritmos	155

Noções de Direito

1. Direito administrativo: Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; Natureza, fins e princípios	161
2. Organização administrativa da União: administração direta e indireta	164
3. Agentes públicos: Espécies e classificação; Poderes, deveres e prerrogativas; Cargo, emprego e função públicos; Regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; Direitos e vantagens; Regime disciplinar ..	168
4. Responsabilidade civil, criminal e administrativa	172
5. DIREITO APLICADO: Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941 e suas alterações); Prova: Disposições gerais; Exame de corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral.....	175

História do Maranhão

1. França equinocial: expedição de Daniel de La Touche; Fundação de São Luís; Batalha de Guaxenduba; Capitães-mores do Maranhão; Invasão holandesa; Expulsão dos holandeses; Estado do Maranhão e Grão-Pará: Revolta de Bequimão (causas e objetivos da revolta); Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará.....	189
2. Período do Império: adesão do Maranhão; Causas da não adesão: Batalha do Jenipapo	191
3. Independência do Brasil	194
4. Balaiada: caracterização e causas do movimento.....	198
5. Período republicano: adesão do Maranhão à República	202
6. Revolução de 1930 no Maranhão	206
7. Principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão na segunda metade do século XX	210

Geografia do Maranhão

1. Localização do estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos; áreas de proteção ambiental (APA); Parques nacionais; Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação; Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura; Geomorfologia: Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas; Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes (Parnaíba, Gurupi e Tocantins-Araguaia); Bacias dos rios genuinamente maranhenses; Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais; Geografia da população: população absoluta; densidade demográfica; povoamento; movimentos populacionais; Agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária; Extrativismo: vegetal, animal e mineral; Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes; Malha viária: Portos e aeroportos; Cultura maranhense	217
--	-----

Noções de Criminalística

1. Definição, histórico e doutrina da criminalística.....	233
2. Locais de crime: conceituação, classificação, isolamento e preservação de local de crime	238
3. Cadeia de custódia: conceitos, etapas e fases	243

4. Prova: Conceito e objeto da prova; Tipos de prova: confessional, testemunhal, documental e pericial; Formas da prova: direta e indireta	247
5. Perícia: Definição e prazos; Requisição de perícia; Principais perícias elencadas no Código de Processo Penal.....	251
6. Corpo de delito: conceito	255
7. Finalidades dos levantamentos dos locais de crime contra a pessoa e contra o patrimônio	259
8. Vestígios de interesse forense e suas classificações	264
9. Locais de morte: Morte violenta; Local de morte por arma de fogo; Local de morte por instrumentos contundentes, cortantes, perfurantes ou mistos; Local de morte provocada por asfixia.....	268

Noções de Medicina Legal

1. Traumatologia forense: Conceitos; Estudo das lesões causadas por instrumentos perfurantes, cortantes, contundentes, cortocutundentes, perfurocontundentes, perfurocortantes	277
2. Asfixiologia: Enforcamento, estrangulamento, esganadura, sufocação, soterramento, afogamento, confinamento e gases inertes	281
3. Tanatologia forense: Cronotanatognose; morte suspeita; morte súbita; morte agonizante	286
4. Noções de instrumentos de ação mecânica: ação cortante, perfurante, contundente e mista	291
5. Noções de agentes químicos	295
6. Noções de agentes térmicos	300
7. Noções de sexologia forense	304

Arquivologia

1. Arquivística: princípios e conceitos.....	311
2. Gestão da informação e de documentos	314
3. Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos	316
4. Classificação de documentos de arquivo	320
5. Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo	323
6. Tabela de temporalidade de documentos de arquivo	327
7. Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo.....	329
8. Preservação e conservação de documentos de arquivo	332
9. Tipologias documentais e suportes físicos: microfilmagem; automação; preservação, conservação e restauração de documentos	338

Legislação Especial

1. Identificação criminal (Lei nº 12.037/2009 e suas alterações)	311
2. Carteira de identidade (Lei nº 7.116/1983 e suas alterações, Decreto nº 89.250/1983 e suas alterações, Lei nº 5.553/1968 e suas alterações)	312
3. Registro de identidade civil (Lei nº 9.454/1997 e suas alterações).....	314
4. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações)	315
5. Lei nº 7.116/1983 (expedição e validade nacional das carteiras de identidade).....	324

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

RACIOCÍNIO LÓGICO E CIENTÍFICO

ESTRUTURAS LÓGICAS

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo** – Construir a tabela dos dados. Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo** – Construir a tabela gabarito. Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

▪ **3º passo** preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

AMOSTRA

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito. Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	

▪ **4º passo** – após as anotações feitas na tabela principal e na tabela gabarito, vamos procurar informações que levem a novas conclusões, que serão marcadas nessas tabelas. Observe que Maria é esposa do médico, que se descobriu ser Luís, fato que poderia ser registrado na tabela-gabarito. Mas não vamos fazer agora, pois essa conclusão só foi facilmente encontrada porque o problema que está sendo analisado é muito simples. Vamos continuar o raciocínio e fazer as marcações mais tarde. Além disso, sabemos que Patrícia não é casada com Paulo. Como Paulo é o advogado, podemos concluir que Patrícia não é casada com o advogado.

INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS

SISTEMAS OPERACIONAIS

O sistema operacional (SO) é um software essencial que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas executados pelos usuários. Sua principal função é gerenciar os recursos do sistema, garantindo que esses elementos sejam utilizados de maneira eficiente, segura e organizada. Além disso, o sistema operacional oferece uma interface que facilita a interação entre o usuário e a máquina. Dentre as funções de um Sistema Operacional estão:

► Gerenciamento de Processos

O SO controla a execução de processos (programas em execução), realizando a alocação adequada dos recursos e coordenando a execução simultânea de múltiplos processos, o que permite a multitarefa. Para isso, utiliza algoritmos de escalonamento que definem a ordem e o tempo de uso do processador por cada processo. Entre os principais algoritmos, destacam-se:

- **First-Come, First-Served (FCFS):** atende os processos por ordem de chegada.
- **Round Robin:** distribui o tempo de CPU igualmente entre os processos.
- **Escalonamento por Prioridade:** seleciona processos com base em níveis de prioridade.

Esses mecanismos evitam que processos fiquem bloqueados indefinidamente e otimizam o desempenho do sistema.

► Gerenciamento de Fluxos de Execução (Threads)

Além do gerenciamento de processos, o sistema operacional também é responsável pelo controle dos fluxos de execução, conhecidos como threads. Uma thread é a menor unidade de execução dentro de um processo, permitindo que um mesmo programa execute múltiplas tarefas simultaneamente de forma mais eficiente. Diferentemente dos processos, as threads compartilham os mesmos recursos do processo ao qual pertencem, como memória e arquivos abertos, o que reduz o consumo de recursos do sistema.

O uso de múltiplas threads melhora o desempenho e a responsividade das aplicações, especialmente em sistemas multitarefa e em computadores com múltiplos núcleos de processamento. O sistema operacional gerencia a criação, execução, sincronização e finalização das threads, além de realizar o escalonamento para

definir qual thread utilizará o processador em determinado momento. Esse controle garante melhor aproveitamento da CPU e maior eficiência na execução dos programas.

► Gerenciamento de Memória

O SO é responsável por controlar o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa receba o espaço necessário sem conflitos. Além da alocação física, o sistema pode utilizar memória virtual, que simula memória adicional usando parte do disco rígido. Essa técnica permite que múltiplos programas sejam executados mesmo em sistemas com pouca RAM. Duas abordagens comuns na memória virtual são:

- **Paginação:** divide a memória em blocos de tamanho fixo (páginas).
- **Segmentação:** organiza a memória com base nas estruturas lógicas dos programas.

► Gerenciamento de Dispositivos de Entrada e Saída

O sistema operacional controla o acesso e a comunicação entre os programas e os periféricos do computador, como teclados, mouses, impressoras e discos rígidos. Um exemplo importante é o spooler de impressão, que armazena temporariamente os trabalhos de impressão em uma fila, permitindo que sejam processados de forma ordenada e sem conflitos, mesmo quando múltiplos usuários enviam documentos simultaneamente.

► Gerenciamento de Arquivos

O SO organiza os dados armazenados em dispositivos como discos rígidos e unidades externas. Ele permite criar, acessar, modificar e excluir arquivos e diretórios de maneira eficiente. Para isso, utiliza sistemas de arquivos que definem como os dados são estruturados no armazenamento. Alguns formatos comuns de sistemas de arquivos incluem:

- **FAT32:** amplamente compatível, mas limitado no tamanho máximo de arquivos.
- **NTFS:** padrão do Windows, oferece recursos como permissões, compressão e criptografia.
- **EXT4:** utilizado em sistemas Linux, oferece alta confiabilidade e desempenho.

Além disso, o sistema operacional fornece interfaces que permitem ao usuário organizar arquivos em pastas e subpastas, renomear, copiar, mover ou excluir itens. Também é possível instalar e gerenciar programas, acessando-os por meio de menus, atalhos ou ferramentas de pesquisa.

► Segurança e Proteção

O sistema operacional implementa mecanismos de segurança para proteger os dados e recursos contra acessos não autorizados e falhas. Isso inclui:

- Autenticação de usuários (por senha, biometria etc.);
- Controle de permissões de acesso a arquivos e programas;
- Isolamento entre processos, evitando que ações maliciosas prejudiquem o sistema como um todo.

► Exemplos de Sistemas Operacionais

Diversos sistemas operacionais são utilizados em diferentes plataformas. Entre os principais, destacam-se:

- **Windows:** Desenvolvido pela Microsoft, é um dos mais populares em computadores pessoais e corporativos.
- **macOS:** Sistema da Apple, exclusivo para os computadores da linha Mac.
- **Linux:** Sistema de código aberto, altamente personalizável, muito usado em servidores, computadores pessoais e sistemas embarcados.
- **Android:** Sistema operacional móvel baseado em Linux, utilizado em grande parte dos smartphones e tablets no mercado.
- **iOS:** Desenvolvido pela Apple, é o sistema dos dispositivos móveis como iPhones e iPads.

WINDOWS 10

O sistema operacional é o programa responsável por controlar o funcionamento geral do computador. Ele atua como uma ponte entre o usuário, os programas instalados e os componentes físicos da máquina, como processador, memória, armazenamento, teclado, mouse, monitor e impressora. Sem um sistema operacional, o computador teria grande limitação de uso, pois o usuário não teria uma interface organizada para abrir programas, salvar arquivos, configurar dispositivos ou executar tarefas básicas.

No caso do Windows 10, o sistema operacional apresenta um ambiente gráfico voltado à facilidade de uso. Por meio de janelas, menus, ícones, botões e barras, o usuário consegue interagir com o computador de maneira visual, sem precisar digitar comandos complexos para realizar atividades comuns. Essa característica torna o Windows amplamente utilizado em computadores pessoais, ambientes escolares, escritórios e diversos contextos profissionais.

► Características gerais do Windows 10

Ambiente de trabalho e recursos principais

O Windows 10 é um sistema operacional da Microsoft desenvolvido para computadores, notebooks, tablets e outros dispositivos compatíveis. Ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe recursos voltados à produtividade, à organização das tarefas e à integração com diferentes tipos de equipamentos. Entre seus elementos mais conhecidos estão o Menu Iniciar, a Área de Trabalho, a Barra de Tarefas, o Explorador de Arquivos e as ferramentas de configuração do sistema.

Um dos pontos de destaque do Windows 10 é a retomada do Menu Iniciar em formato mais familiar ao usuário, combinando a organização tradicional dos programas com blocos dinâmicos e atalhos para aplicativos. Além disso, o sistema permite trabalhar com várias janelas ao mesmo tempo, alternar entre programas abertos e organizar atividades em múltiplas áreas de trabalho, recurso útil para quem precisa separar tarefas pessoais, escolares ou profissionais.

► Menu Iniciar e acesso aos programas



Centro de acesso aos recursos do sistema

O Menu Iniciar é uma das principais portas de entrada para os recursos do Windows 10. Ele permite acessar programas instalados, configurações do sistema, documentos recentes, opções de conta e comandos de energia. Por meio dele, o usuário pode localizar aplicativos, abrir ferramentas administrativas, acessar pastas importantes e personalizar parte da experiência de uso.

O Botão Iniciar, localizado geralmente no canto inferior esquerdo da tela, abre esse menu e funciona como um centro de comando do computador. A partir dele, é possível acessar a lista de programas, pesquisar arquivos, entrar nas configurações, bloquear a conta, sair do usuário atual, reiniciar ou desligar o equipamento. Por essa razão, conhecer o Menu Iniciar é essencial para utilizar o Windows com segurança e autonomia.

► Operações básicas do sistema

Iniciar, reiniciar, desligar, suspender, hibernar, sair e bloquear

O Windows oferece diferentes opções para encerrar, pausar ou proteger uma sessão de uso. Cada uma dessas ações possui uma finalidade específica e deve ser escolhida conforme a necessidade do usuário. Algumas desligam completamente o computador, enquanto outras apenas reduzem o consumo de energia ou bloqueiam o acesso à conta.

NOÇÕES DE DIREITO

DIREITO ADMINISTRATIVO: ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO; NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS

ESTADO

► Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

▪ **Povo:** Elemento legítima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontram sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

▪ **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar a eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. (Artigo 91, §1º, III, C F B / 88). Os espaços sobre o qual se desenvolvem as relações sociais próprias da vida do Estado é uma porção da superfície terrestre, projetada desde o subsolo até o espaço aéreo. Para que essa porção territorial e suas projeções adquiram significado político e jurídico, é preciso considerá-las como um local de assentamento do grupo humano que integra o Estado, como campo de ação do poder político e como âmbito de validade das normas jurídicas.

▪ **Soberania:** Trata-se do poder do Estado de se auto administrar. Por meio da soberania, o Estado detém o poder de regular o seu funcionamento, as relações privadas dos cidadãos, bem como as funções econômicas e sociais do povo que o integra. Por meio desse elemento, o Estado edita leis aplicáveis ao seu território, sem estar sujeito a qualquer tipo de interferência ou dependência de outros Estados.

Em sua origem, no sentido de legitimação, a soberania está ligada à força e ao poder. Se antes, o direito era dado, agora é arquitetado, anteriormente era pensado na justiça robusta, agora é engendrado na adequação aos objetivos e na racionalidade

técnica necessária. O poder do Estado é soberano, uno, indivisível e emana do povo. Além disso, todos os Poderes são partes de um todo que é a atividade do Estado.

Como fundamento do Estado Democrático de Direito, nos parâmetros do art. 1º, I, da CF/88, a soberania é elemento essencial e fundamental à existência da República Federativa do Brasil.

A lei se tornou de forma essencial o principal instrumento de organização da sociedade. Isso, por que a exigência de justiça e de proteção aos direitos individuais, sempre se faz presente na vida do povo. Por conseguinte, por intermédio da Constituição escrita, desde a época da revolução democrática, foi colocada uma trava jurídica à soberania, proclamando, assim, os direitos invioláveis do cidadão.

O direito incorpora a teoria da soberania e tenta compatibilizá-la aos problemas de hoje, e remetem ao povo, aos cidadãos e à sua participação no exercício do poder, o direito sempre tende a preservar a vontade coletiva de seu povo, através de seu ordenamento, a soberania sempre existirá no campo jurídico, pois o termo designa igualmente o fenômeno político de decisão, de deliberação, sendo incorporada à soberania pela Constituição.

A Constituição Federal é documento jurídico hierarquicamente superior do nosso sistema, se ocupando com a organização do poder, a definição de direitos, dentre outros fatores. Nesse diapasão, a soberania ganha particular interesse junto ao Direito Constitucional. Nesse sentido, a soberania surge novamente em discussão, procurando resolver ou atribuir o poder originário e seus limites, entrando em voga o poder constituinte originário, o poder constituinte derivado, a soberania popular, do parlamento e do povo como um todo. Depreende-se que o fundo desta problemática está entranhado na discussão acerca da positivação do Direito em determinado Estado e seu respectivo exercício.

Assim sendo, em síntese, já verificados o conceito de Estado e os seus elementos. Temos, portanto:

ESTADO = POVO + TERRITÓRIO + SOBERANIA

Obs. Os elementos (povo + território + soberania) do Estado não devem ser confundidos com suas funções estatais que normalmente são denominadas “**Poderes do Estado**” e, por sua vez, são divididas em: **legislativa, executiva e judiciária**

Em relação aos princípios do Estado Brasileiro, é fácil encontrá-los no disposto no art. 1º, da CF/88. Vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Ressalta-se que os conceitos de soberania, cidadania e pluralismo político são os que mais são aceitos como princípios do Estado. No condizente à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pondera-se que estes constituem as finalidades que o Estado busca alcançar. Já os conceitos de soberania, cidadania e pluralismo político, podem

ser plenamente relacionados com o sentido de organização do Estado sob forma política, e, os conceitos de dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, implicam na ideia do alcance de objetivos morais e éticos.

GOVERNO

► Conceito

Governo é a expressão política de comando, de iniciativa pública com a fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica contemporânea e atuante.

O Brasil adota a República como forma de Governo e o federalismo como forma de Estado. Em sua obra Direito Administrativo da Série Advocacia Pública, o renomado jurista Leandro Zannoni, assegura que governo é elemento do Estado e o explana como “a atividade política organizada do Estado, possuindo ampla discricionariedade, sob responsabilidade constitucional e política” (p. 71).

É possível complementar esse conceito de Zannoni com a afirmação de Meirelles (1998, p. 64-65) que aduz que “Governo é a expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente”. Entretanto, tanto o conceito de Estado como o de governo podem ser definidos sob diferentes perspectivas, sendo o primeiro, apresentado sob o critério sociológico, político, constitucional, dentre outros fatores. No condizente ao segundo, é subdividido em sentido formal sob um conjunto de órgãos, em sentido material nas funções que exerce e em sentido operacional sob a forma de condução política.

O objetivo final do Governo é a prestação dos serviços públicos com eficiência, visando de forma geral a satisfação das necessidades coletivas. O Governo pratica uma função política que implica uma atividade de ordem mediata e superior com referência à direção soberana e geral do Estado, com o fulcro de determinar os fins da ação do Estado, assinalando as diretrizes para as demais funções e buscando sempre a unidade da soberania estatal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

HISTÓRIA DO MARANHÃO

FRANÇA EQUINOCIAL: EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE; FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS; BATALHA DE GUAXENDUBA; CAPITÃES-MORES DO MARANHÃO; INVASÃO HOLANDESA; EXPULSÃO DOS HOLANDESES; ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ: REVOLTA DE BEQUIMÃO (CAUSAS E OBJETIVOS DA REVOLTA); COMPANHIA DE COMÉRCIO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

O estado do Maranhão, situado no Nordeste do Brasil, é uma região de vasta riqueza histórica e cultural que desempenhou um papel importante na formação do país. Desde os primórdios da colonização europeia até os movimentos revolucionários contra o domínio colonial, o Maranhão viveu uma trajetória marcada por eventos importantes que moldaram sua identidade.

Neste artigo, vamos explorar de forma abrangente os principais marcos da história maranhense desde a ousada expedição liderada por Daniel de La Touche até a emblemática Revolta de Bequimão.

► França Equinocial: A Intrépida Expedição de Daniel de La Touche

No início do século XVII, o Maranhão foi palco de uma das mais audaciosas e ousadas empreitadas coloniais lideradas pelo francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière. Esta expedição, conhecida como França Equinocial, representou uma tentativa ambiciosa de estabelecer uma colônia francesa em terras brasileiras.

Os desafios enfrentados pelos franceses foram vastos e complexos, variando desde tensões com os povos indígenas locais até confrontos com colonos portugueses já estabelecidos na região. Esta iniciativa, apesar de sua brevidade, deixou um legado profundo e duradouro na história do Maranhão, influenciando não apenas o desenvolvimento posterior da região, mas também contribuindo para a diversidade cultural e a troca de ideias no contexto colonial brasileiro.

► Fundação de São Luís: A Criação da Capital do Maranhão

Em 1612, os franceses fundaram o Forte de São Luís, nomeado em homenagem ao rei Luís XIII da França. No entanto, em 1615, os portugueses, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, expulsaram os franceses e estabeleceram a cidade de São Luís como um marco histórico de grande magnitude no panorama colonial do Maranhão.

Esta cidade não só consolidou a presença portuguesa na região, mas também representou uma virada no curso da história do Maranhão. A fundação de São Luís marcou o advento de uma nova era para a região, inaugurando um período de intensa atividade política, econômica e cultural.

Além de ser designada capital da recém-criada capitania, São Luís rapidamente emergiu como centro de influência e poder, exercendo profunda influência não só no Maranhão, mas também nas regiões circunvizinhas. O seu papel estratégico como porto, bem como a sua localização estratégica, impulsionou o seu desenvolvimento como um importante polo comercial e cultural, onde diferentes influências se entrelaçaram e enriqueceram a identidade regional.

► Batalha de Guaxenduba: A Defesa do Território Maranhense

Um dos momentos mais cruciais e emblemáticos da rica história militar do Maranhão foi a memorável Batalha de Guaxenduba, travada em 19 de novembro de 1614. Neste conflito de proporções épicas, as forças portuguesas enfrentaram os invasores franceses numa luta feroz pela soberania da região. Sob os céus impiedosos do Maranhão, as estratégias táticas e a determinação incansável dos portugueses e dos seus valentes aliados indígenas foram postas à prova.

No calor da batalha, entre o estrondo dos canhões e o eco dos gritos de guerra, a vitória foi para o lado português, selando assim o destino da região. Esta heroica vitória não só garantiu a continuidade do domínio português sobre o Maranhão, mas também constituiu um obstáculo intransponível às intenções expansionistas dos franceses no território maranhense. Ao saírem vitoriosos deste confronto decisivo, os portugueses não só protegeram a sua pátria, mas também reafirmaram a sua resiliência e capacidade de resistir aos ataques estrangeiros.

► A Invasão Holandesa: O Período de Ocupação e Domínio Estrangeiro

Durante o século XVII, o Maranhão tornou-se um alvo coobiçado pelas potências europeias, especialmente pelos Países Baixos, cujo apetite expansionista se estendia por todo o vasto território colonial brasileiro.

Entre 1641 e 1644, os holandeses obtiveram sucesso em sua empreitada, conquistando e ocupando o território do Maranhão. Este período foi caracterizado pela imposição brutal de uma administração colonial estrangeira que não só explorou implacavelmente os recursos naturais da região, mas também subjugou a sua população local.

Sob o domínio holandês, o Maranhão testemunhou uma transformação radical na sua estrutura socioeconômica e cultural, com profundas repercussões que ecoaram ao longo das décadas subsequentes. A presença holandesa deixou cicatrizes indeléveis na alma da sociedade maranhense, moldando de forma duradoura suas dinâmicas sociais e relações de poder.

Esta experiência traumática não só realçou a vulnerabilidade do Maranhão às ambições imperialistas estrangeiras, mas também alimentou um desejo fervoroso de independência e autodeterminação entre os seus habitantes.

► **A Expulsão dos Holandeses: A Resistência e a Reconquista do Maranhão**

A resistência popular, aliada à intervenção militar decisiva das forças portuguesas, desempenhou um papel importante e inestimável na expulsão dos holandeses do Maranhão em 1644.

Este episódio não apenas marcou a restauração do domínio português sobre a região, mas também representou um triunfo heroico da vontade e da resiliência do povo maranhense em face da adversidade e da opressão estrangeira.

A vitória conquistada nas trincheiras e nos campos de batalha não foi apenas uma questão de soberania territorial, mas também uma afirmação vigorosa da identidade coletiva e da dignidade nacional do Maranhão. Este evento histórico reafirmou a determinação inabalável do povo maranhense em proteger sua terra natal e preservar sua cultura e tradições contra quaisquer intrusões externas.

Além disso, a expulsão dos holandeses deixou um legado de orgulho e unidade entre os habitantes do Maranhão, inspirando futuras gerações a defenderem fervorosamente sua liberdade e autonomia contra ameaças externas.

► **O Estado do Maranhão e Grão-Pará e a Revolta de Bequimão**

No século XVII, o Maranhão emergiu como um cenário fervilhante de agitação e resistência contra o domínio colonial português, testemunhando uma série de movimentos de insurgência que ecoaram pela vastidão de suas terras. Entre esses movimentos, destaca-se a Revolta de Bequimão, um episódio histórico de grande significado e repercussão que encapsula as aspirações libertárias e os anseios por justiça e autonomia do povo maranhense.

A Rebelião de Bequimão, iniciada em 1684, representou o culminar de um descontentamento de longa data entre a população maranhense em relação ao domínio colonial português. Esta rebelião de dimensão e determinação invulgar foi encorajada pelas muitas injustiças e abusos cometidos pelos funcionários coloniais, que oprimiam e exploravam a população local.

A principal razão por trás da rebelião foi a exploração incessante dos colonialistas, que forçavam a população maranhense a aceitar encargos excessivos sem compensação adequada e impostos elevados que oneravam os seus escassos recursos e os deixavam na pobreza. Além disso, a falta de representação política dos residentes locais na tomada de decisões governamentais intensificou os sentimentos de negligência e injustiça dos cidadãos, que se encontravam sem voz e estatuto jurídico na gestão de questões que afetavam suas vidas e seu futuro.

Assim, a Revolta de Bequimão não foi uma rebelião isolada, mas sim uma expressão coletiva e unida de protesto contra um sistema opressivo e desigual que negava os direitos básicos do povo maranhense e os colocava na condição de cidadãos de segunda classe em seu próprio território.

► **Companhia de Comércio do Maranhão: O Monopólio Econômico e o Descontentamento Popular**

A Companhia de Comércio do Maranhão surgiu como uma resposta do governo português à necessidade de consolidar e expandir seu controle sobre as atividades comerciais na região. Fundada com o propósito explícito de estabelecer um monopólio

sobre o comércio local, a companhia detinha o poder exclusivo de gerir e regular as transações comerciais, desde a produção até a distribuição de mercadorias.

Esta medida, embora destinada a fortalecer os interesses coloniais portugueses, teve um impacto direto e imediato sobre os habitantes locais, cujas liberdades econômicas foram severamente cerceadas pela imposição de restrições e regulamentações rigorosas. Sob o domínio da Companhia de Comércio, os maranhenses se viram submetidos a um regime de controle e supervisão intensificados, que limitava suas oportunidades de negócios e minava sua autonomia financeira.

Além disso, a falta de concorrência e a ausência de alternativas comerciais contribuíram para a criação de um ambiente econômico estagnado e desfavorável ao desenvolvimento local. Diante dessas circunstâncias, não é surpreendente que o surgimento da Companhia de Comércio tenha provocado um crescente descontentamento entre os habitantes do Maranhão, que se sentiam injustamente privados de seus direitos econômicos fundamentais. Essa insatisfação latente foi um dos principais catalisadores por trás da Revolta de Bequimão e de outros movimentos de resistência contra o domínio colonial, refletindo a profunda alienação e a luta pela liberdade econômica que permeavam a sociedade maranhense da época.

► **Os Objetivos da Revolta: Lutando por Autonomia e Justiça**

A Revolta de Bequimão, eclodida em 1684, representou um dos capítulos mais importantes e emblemáticos da luta pela autonomia e pela liberdade no contexto colonial maranhense.

Este movimento de resistência, liderado por indivíduos corajosos e determinados, foi movido por um profundo desejo de contestar o poder opressivo exercido pela Companhia de Comércio e de exigir maior autonomia política e econômica para a região. Os rebeldes de Bequimão não só pretendiam libertar-se das garras do monopólio comercial imposto pela Companhia, mas também procuraram quebrar as cadeias de exploração colonial que há muito oprimiam e sufocavam o povo maranhense.

No seu cerne, a revolta foi uma batalha pela justiça e pela igualdade, uma luta desesperada contra as injustiças e desigualdades que permeavam a sociedade colonial. Inspirados por ideais de liberdade e dignidade, os rebeldes levantaram-se contra a tirania e a opressão, desafiando abertamente o status quo e exigindo o direito de determinar os seus próprios destinos. Para eles, a Revolta de Bequimão não se tratou apenas de resistência armada, mas também de uma declaração poderosa de sua identidade e da necessidade de reconhecimento dos seus direitos fundamentais como pessoas livres.

Através de suas ações, os rebeldes não procuraram apenas desafiar o domínio colonial, mas também plantaram as sementes da luta contínua pela liberdade e pela justiça que ecoariam nas páginas da história do Maranhão.

O Maranhão, ao longo de sua rica história, testemunhou uma série de eventos cruciais que moldaram sua identidade e influenciaram seu destino. Desde as audaciosas expedições coloniais até os movimentos de resistência contra o domínio colonial português, como a Revolta de Bequimão, a região foi palco de uma luta constante por autonomia política, econômica e cultural. Esses episódios refletem não apenas as complexidades e contradições do período colonial, mas também a resiliência e a determinação do povo maranhense em defender sua terra e sua identidade contra invasores estrangeiros e opressores internos.

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO: SUPERFÍCIE; LIMITES; LINHAS DE FRONTEIRA; PONTOS EXTREMOS; ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA); PARQUES NACIONAIS; PARQUE INDUSTRIAL: INDÚSTRIAS DE BASE E INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO; CLIMAS DO MARANHÃO: PLUVIOSIDADE E TEMPERATURA; GEOMORFOLOGIA: CLASSIFICAÇÃO DO RELEVO MARANHENSE: PLANALTOS, PLANÍCIES E BAIXADAS; CARACTERÍSTICAS DOS RIOS MARANHENSES: BACIAS DOS RIOS LIMÍTROFES (PARNAÍBA, GURUPI E TOCANTINS-ARAGUAIA); BACIAS DOS RIOS GENUINAMENTE MARANHENSES; PRINCIPAIS FORMAÇÕES VEGETAIS: FLORESTA, CERRADO E COCAIS; GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO: POPULAÇÃO ABSOLUTA; DENSIDADE DEMOGRÁFICA; POVOAMENTO; MOVIMENTOS POPULACIONAIS; AGRICULTURA MARANHENSE: CARACTERIZAÇÃO E PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS; CARACTERIZAÇÃO DA PECUÁRIA; EXTRATIVISMO: VEGETAL, ANIMAL E MINERAL; SETOR TERCIÁRIO: COMÉRCIO, TELECOMUNICAÇÕES, TRANSPORTES; MALHA VIÁRIA: PORTOS E AEROPORTOS; CULTURA MARANHENSE

O Maranhão¹² ocupa uma posição de transição na paisagem brasileira, situando-se entre a Região Norte e a Região Nordeste, o que lhe confere características físicas e humanas de ambos os conjuntos regionais. Segundo os dados mais recentes do IBGE, referentes a 2025, o estado possui uma área territorial de 329.651,463 km², o que o coloca entre as maiores unidades federativas do país e faz dele o maior estado da Região Nordeste. Essa extensão territorial é responsável por uma diversidade paisagística pouco comum em outros estados nordestinos, pois o Maranhão reúne, em um único território, trechos de floresta amazônica, formações de cerrado, mata de transição e um extenso litoral. Essa posição de charneira geográfica também explica por que o estado é, com frequência, tratado como uma espécie de “estado de transição”, tanto do ponto de vista climático quanto econômico e cultural, funcionando como elo entre a Amazônia e o semiárido nordestino.



Limites com estados vizinhos e o oceano

O território maranhense faz limite com quatro unidades federativas e com o Oceano Atlântico, o que amplia sua importância estratégica no contexto regional. Ao norte, o estado é banhado pelo oceano, com um litoral que se estende por aproximadamente 640 quilômetros, o segundo mais extenso do Brasil, superado apenas pelo litoral baiano. A oeste, a fronteira é feita com o Pará, definida em grande parte pelo curso do rio Gurupi, que historicamente serviu de linha natural de separação entre as duas unidades. A leste, o limite se dá com o Piauí, tendo o rio Parnaíba como referência natural marcante em praticamente toda a sua extensão, o que faz desse curso d'água um elemento decisivo tanto na geografia física quanto na história da ocupação territorial da região. Ao sul, o Maranhão confronta-se com o Tocantins, em um limite que atravessa áreas de cerrado e de transição, correspondendo à porção onde se localizam os chapadões do sul do estado.

1 https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Maranh%C3%A3o

2 <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>

Linhas de fronteira e pontos extremos

As linhas de fronteira do Maranhão combinam critérios naturais e político-administrativos. Os limites com o Pará e com o Piauí seguem, em sua maior parte, cursos fluviais, o que confere a esses trechos uma estabilidade histórica maior, uma vez que acidentes geográficos tendem a ser referências duradouras nos processos de delimitação territorial. Já o limite com o Tocantins resulta de convenções administrativas estabelecidas após a criação desse estado, em 1988, quando parte do antigo norte de Goiás foi desmembrada. Essa configuração de fronteiras produz uma grande amplitude latitudinal e longitudinal no território maranhense, responsável por variações climáticas e paisagísticas significativas entre o norte litorâneo e o sul semiúmido do estado. Os quatro pontos extremos que delimitam essa amplitude podem ser organizados da seguinte forma:

Ponto extremo	Localização aproximada
Norte	Litoral atlântico, região das reentrâncias maranhenses
Sul	Chapada das Mangabeiras (cerca de 804 m de altitude)
Leste	Divisa com o Piauí, próximo ao curso do rio Parnaíba
Oeste	Divisa com o Pará, na bacia do rio Gurupi

► Áreas de proteção ambiental e parques nacionais

Áreas de Proteção Ambiental (APAs)

As Áreas de Proteção Ambiental constituem uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, ou seja, permitem a permanência de populações humanas e de atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental, diferentemente das unidades de proteção integral. No Maranhão, essas áreas têm papel fundamental na proteção de ecossistemas costeiros de grande fragilidade, como os manguezais e as reentrâncias litorâneas. A mais expressiva delas é a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, localizada entre a foz do rio Gurupi e a Baía de São Marcos, com extensão de milhares de hectares e que abriga a maior concentração de manguezais do estado, além de compor um dos elos mais importantes da rota das aves migratórias, servindo de área de descanso, alimentação e reprodução para diversas espécies de aves limícolas, entre elas o guará, que se tornou um símbolo regional. Outras APAs relevantes no território maranhense protegem trechos de dunas, lagoas interdunares e áreas de transição entre manguezal e restinga, funcionando como zonas de amortecimento para os parques nacionais e contribuindo para conter o avanço desordenado da ocupação urbana e da atividade turística sobre ecossistemas sensíveis.

Parques nacionais

Os parques nacionais são unidades de conservação de proteção integral, o que significa que, em regra, não admitem exploração econômica direta de seus recursos naturais, sendo voltados à pesquisa científica, à educação ambiental e ao turismo controlado. O Maranhão abriga alguns dos parques nacionais mais conhecidos do Brasil, cada qual protegendo uma paisagem singular, o que pode ser resumido comparativamente da seguinte forma:

Parque nacional	Localização	Principal atrativo
Lençóis Maranhenses	Litoral leste do estado	Campo de dunas de areia branca e milhares de lagoas interdunares de água doce
Chapada das Mesas	Sul do estado	Mesas, cânions, cachoeiras e grutas em área de transição cerrado-caatinga
Nascentes do Rio Parnaíba	Divisa entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia	Proteção das nascentes do rio Parnaíba

► Parque industrial maranhense

Indústrias de base

O parque industrial do Maranhão concentra-se, majoritariamente, na Grande São Luís, favorecida pela existência de portos de águas profundas e pela conexão ferroviária com a Amazônia mineral. As indústrias de base são aquelas que processam matérias-primas em estágios iniciais, fornecendo insumos essenciais para outros setores produtivos, e representam o núcleo mais robusto da economia industrial maranhense. Destaca-se, nesse segmento, o complexo eletrometalúrgico da ALUMAR, um dos maiores produtores de alumínio primário da América Latina, que se instalou em São Luís em razão da proximidade portuária, da disponibilidade de energia elétrica e da facilidade de escoamento da produção. Some-se a isso o papel de São Luís como terminal de exportação do minério de ferro extraído da Serra dos Carajás, no Pará, transportado pela Estrada de Ferro Carajás até o Porto de Ponta da Madeira, o que consolidou o estado como elo estratégico da cadeia produtiva mineral do país, mesmo sem concentrar as jazidas em seu próprio território. Esse arranjo caracteriza o chamado Corredor de Carajás, um dos mais importantes complexos logístico-industriais da América do Sul.

NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA

DEFINIÇÃO, HISTÓRICO E DOUTRINA DA CRIMINALÍSTICA

A criminalística é a disciplina técnico-científica dedicada ao reconhecimento, à preservação, ao registro, à coleta, ao exame e à interpretação dos vestígios relacionados a uma ocorrência de possível interesse jurídico. Sua atuação busca compreender materialmente o que aconteceu, de que maneira o fato ocorreu, quais instrumentos ou meios foram empregados e quais relações podem ser estabelecidas entre pessoas, objetos, ambientes e acontecimentos.

A criminalística não se limita à identificação do autor de uma infração. Seu compromisso principal é com a análise objetiva dos elementos materiais disponíveis. Em determinadas situações, os exames podem contribuir para vincular uma pessoa ao fato investigado; em outras, podem demonstrar que determinada hipótese não encontra sustentação nos vestígios. A atividade criminalística também pode comprovar acidentes, simulações, alterações de locais, inexistência de determinados eventos ou incompatibilidades entre uma narrativa e a realidade material observada.

Por essa razão, a criminalística deve ser compreendida como uma ciência aplicada. Ela utiliza conhecimentos provenientes de diferentes áreas, como química, física, biologia, informática, engenharia, medicina, matemática e estatística, adaptando métodos científicos às necessidades do exame pericial.

► Objeto e finalidade

O objeto central da criminalística é o vestígio. Vestígio é toda alteração material, objeto, substância, marca, sinal, dado ou registro que possa apresentar relação com o fato examinado. Uma mancha, uma impressão digital, uma deformação em uma porta, um arquivo eletrônico, um projétil, um fragmento de vidro ou uma marca de frenagem podem constituir vestígios, desde que sejam potencialmente relevantes para a compreensão da ocorrência.

A finalidade da criminalística consiste em transformar vestígios adequadamente examinados em informações técnico-científicas úteis. Essa transformação exige procedimentos controlados, documentação suficiente e interpretação fundamentada. O perito não deve atribuir significado definitivo a um elemento antes de considerar sua origem, seu estado de conservação, seu contexto e sua relação com os demais dados disponíveis.

Algumas perguntas orientam frequentemente o trabalho criminalístico:

- O que ocorreu materialmente no local ou no objeto examinado?

- Como o evento pode ter sido produzido?
- Quais instrumentos, substâncias ou mecanismos participaram da ocorrência?
- Em que sequência provável os acontecimentos se desenvolveram?
- Existe compatibilidade entre os vestígios e as versões apresentadas?
- É possível estabelecer ou excluir vínculos entre pessoas, objetos e ambientes?

► Vestígio, evidência, indício e prova

Esses termos são próximos, mas não devem ser utilizados como sinônimos absolutos. O vestígio é o elemento material encontrado ou identificado. Quando seu exame demonstra relevância e relação com o fato investigado, ele pode ser tratado como evidência técnico-científica. O indício é uma circunstância conhecida que permite, por raciocínio lógico, inferir outra circunstância. A prova é um conceito mais amplo, relacionado aos elementos admitidos e valorados no âmbito do processo para a formação do convencimento da autoridade competente.

Conceito	Caracterização
Vestígio	Elemento material ou digital potencialmente relacionado ao fato
Evidência	Vestígio cuja análise demonstra relevância para a investigação
Indício	Circunstância conhecida que permite inferir outra circunstância
Prova	Elemento utilizado no processo para demonstrar ou afastar uma alegação

A mesma informação pode assumir funções diferentes conforme o estágio da apuração. Uma mancha inicialmente observada é um vestígio. Após exame, pode ser identificada como sangue humano e relacionada a determinado indivíduo, adquirindo valor de evidência. No processo, o resultado do exame pode integrar o conjunto probatório.

► Natureza interdisciplinar

A criminalística opera por meio da integração de conhecimentos. A física pode explicar trajetórias, impactos, movimentos e deformações. A química permite identificar substâncias, resíduos e processos de combustão. A biologia auxilia na análise de materiais orgânicos e perfis genéticos. A informática possibilita recuperar, preservar e interpretar dados digitais. A engenharia contribui para o exame de estruturas, equipamentos, falhas e acidentes.

Essa interdisciplinaridade não elimina a necessidade de especialização. Cada modalidade de exame exige métodos próprios, instrumentos adequados e profissionais capacitados. A unidade da criminalística decorre de sua finalidade comum: interpretar cientificamente vestígios relacionados a fatos de interesse jurídico.

► **Distinção entre áreas relacionadas**

Área	Objeto predominante	Finalidade principal
Criminalística	Vestígios materiais e digitais	Reconstruir aspectos objetivos do fato
Criminologia	Crime, autor, vítima e controle social	Explicar o fenômeno criminal
Medicina legal	Questões médico-biológicas de interesse jurídico	Esclarecer lesões, morte, capacidade e identidade
Investigação criminal	Conjunto de diligências informativas	Apurar autoria, materialidade e circunstâncias
Direito penal	Condutas definidas como infrações	Estabelecer crimes e consequências jurídicas
Processo penal	Procedimentos de apuração e julgamento	Regular produção, admissão e valoração da prova

A criminalística não substitui a investigação, o julgamento ou a interpretação jurídica. O perito examina questões técnicas e apresenta resultados fundamentados. A autoridade investigativa integra esses resultados a outras informações, enquanto a autoridade judicial realiza a valoração jurídica do conjunto probatório.

► **Função e postura do perito criminal**

O perito criminal é responsável por realizar exames técnicos, documentar procedimentos, interpretar resultados e elaborar o laudo pericial. Sua atuação deve ser marcada por imparcialidade, objetividade, transparência metodológica e respeito aos limites científicos.

Imparcialidade não significa ausência de raciocínio crítico, mas independência em relação aos interesses das partes e às expectativas da investigação. O perito não deve buscar confirmar uma narrativa previamente escolhida. Deve examinar hipóteses alternativas, reconhecer limitações e informar quando os vestígios não permitem uma conclusão segura.

A conclusão pericial precisa decorrer dos dados examinados. Quando os elementos autorizam apenas uma afirmação limitada, o laudo deve manter essa limitação. Expressões de certeza não podem substituir a demonstração técnica do caminho percorrido entre o vestígio, o exame, o resultado e a conclusão.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CRIMINALÍSTICA

► **Antecedentes da investigação material**

A utilização de sinais materiais para esclarecer acontecimentos é anterior à formação da criminalística como disciplina autônoma. Diferentes sociedades recorreram à observação de ferimentos, instrumentos, marcas, documentos e substâncias para resolver conflitos. Contudo, essas práticas eram frequentemente empíricas, dependentes da experiência individual e pouco padronizadas.

Durante longos períodos, a apuração de delitos concentrou-se em testemunhos, confissões e presunções. A confissão chegou a ser tratada como elemento central de demonstração da culpa, mesmo quando obtida por métodos coercitivos. O desenvolvimento da criminalística representou uma mudança importante: a atenção passou a incluir de forma sistemática os elementos materiais, que não dependem da memória, da vontade ou da sinceridade das pessoas envolvidas.

► **Influência das ciências naturais**

A consolidação da química, da física, da biologia e da medicina permitiu que questões antes examinadas apenas por observação fossem submetidas a testes. A identificação de venenos, a análise de manchas, o estudo de lesões e a comparação de materiais passaram progressivamente a empregar procedimentos experimentais.

Essa transformação foi acompanhada pelo desenvolvimento de instrumentos de medição, técnicas microscópicas, métodos fotográficos e sistemas de classificação. O vestígio deixou de ser apenas algo percebido pelos sentidos e passou a ser objeto de registro, mensuração, comparação e reprodução experimental.

A evolução histórica pode ser compreendida por meio de algumas mudanças fundamentais:

- Substituição gradual da impressão subjetiva pela observação controlada.
- Valorização da documentação do local e dos objetos examinados.
- Criação de métodos para identificação de pessoas e materiais.
- Formação de especialistas responsáveis por exames específicos.
- Implantação de laboratórios destinados à análise de vestígios.
- Padronização de procedimentos e formas de apresentação dos resultados.

► **Identificação humana e registro científico**

A necessidade de distinguir indivíduos impulsionou importantes avanços. Características corporais foram inicialmente registradas por descrições e medições. Sistemas antropométricos procuraram identificar pessoas mediante combinações de medidas físicas. Embora tenham representado avanço organizacional, apresentavam limitações relacionadas a erros de medição, semelhanças corporais e alterações decorrentes do crescimento ou do envelhecimento.

A fotografia ampliou a capacidade de documentar pessoas, locais e objetos. No contexto pericial, permitiu conservar visualmente aspectos que poderiam desaparecer após a liberação do

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

TRAUMATOLOGIA FORENSE: CONCEITOS; ESTUDO DAS LESÕES CAUSADAS POR INSTRUMENTOS PERFURANTES, CORTANTES, CONTUNDENTES, CORTOCONTUNDENTES, PERFUROCONTUNDENTES, PERFUROCOR-TANTES

A traumatologia forense é o ramo da medicina legal que estuda as lesões corporais produzidas por diferentes formas de energia, especialmente a energia mecânica. Seu objetivo é descrever as alterações encontradas, reconhecer o mecanismo vulnerante mais compatível, avaliar as consequências do trauma e fornecer elementos técnicos para a reconstrução do evento.

Trauma corresponde à ação de uma energia sobre o organismo. Lesão é a alteração anatômica ou funcional decorrente dessa ação. Instrumento vulnerante é o objeto ou meio que transmite a energia, enquanto mecanismo de ação corresponde à maneira pela qual essa energia atua sobre os tecidos.

A perícia não deve buscar apenas o nome do objeto. Diferentes instrumentos podem produzir lesões semelhantes, e o mesmo instrumento pode gerar aspectos distintos conforme sua região ativa, a força aplicada e o tecido atingido.

► Classificação dos instrumentos mecânicos

Ação simples e ação combinada

Os instrumentos são classificados principalmente de acordo com o modo de atuação sobre os tecidos. Essa classificação é funcional, e não depende exclusivamente da aparência ou da finalidade original do objeto.

Os principais grupos são:

- Instrumentos perfurantes, que atuam predominantemente por pressão e penetração através de uma extremidade pontiaguda.
- Instrumentos cortantes, que atuam pelo deslizamento de uma borda afiada sobre os tecidos.
- Instrumentos contundentes, que transferem energia por impacto, pressão, compressão, tração, torção ou atrito.
- Instrumentos cortocontundentes, que associam gume e força de impacto.
- Instrumentos perfurocontundentes, que combinam penetração e contusão.
- Instrumentos perfurocortantes, que penetram por uma ponta e seccionam por um ou mais gumes.

► Fatores que determinam a morfologia da lesão

Energia, direção e resistência dos tecidos

A aparência da lesão depende da massa, velocidade, forma, superfície e direção do instrumento. Também sofre influência do ângulo de incidência, do número de movimentos, da sustentação da região atingida e da movimentação relativa entre vítima e agente.

Os tecidos não respondem de maneira uniforme. A pele é elástica e pode deformar-se antes de romper. Músculos e órgãos apresentam diferentes graus de resistência, enquanto os ossos podem sustentar, desviar ou interromper o trajeto de um instrumento.

Uma pequena abertura cutânea pode corresponder a dano interno extenso. Em sentido inverso, uma lesão externa impressionante pode apresentar menor profundidade. Por isso, a avaliação não deve se limitar à superfície corporal.

► Elementos descritivos das feridas

Morfologia externa e interna

A descrição pericial deve preceder a interpretação. Devem ser registrados localização anatômica, forma, dimensões, orientação, coloração e relação com pontos de referência do corpo.

Nas feridas abertas, examinam-se bordas, margens, ângulos, paredes, fundo e profundidade. Bordas são os limites da solução de continuidade; margens correspondem às áreas cutâneas imediatamente adjacentes. As paredes formam os lados internos, e o fundo representa a porção mais profunda acessível ao exame.

A presença de escoriação, equimose, pontes de tecido, infiltração hemorrágica, material estranho ou perda de substância deve ser documentada. Fotografias precisam incluir escala métrica e identificação adequada.

► Limites da interpretação

Compatibilidade e probabilidade

A lesão frequentemente permite reconhecer uma classe de instrumento, mas raramente individualiza um objeto específico. Dimensões cutâneas não reproduzem necessariamente as dimensões exatas do agente, pois há elasticidade, retração e deformação dos tecidos.

As conclusões devem ser formuladas em termos de compatibilidade, maior probabilidade ou exclusão técnica. A definição da dinâmica completa exige integração entre exame corporal, roupas, objetos, local do fato, exames de imagem, necropsia e informações investigativas.

LESÕES PRODUZIDAS POR INSTRUMENTOS PERFURANTES E CORTANTES

► Instrumentos perfurantes

Mecanismo de pressão e penetração

Instrumentos perfurantes possuem extremidade alongada e pontiaguda. Atuam por pressão concentrada em pequena área, afastando ou rompendo as fibras dos tecidos. Agulhas, pregos, estiletes sem gume funcional e objetos semelhantes podem atuar dessa maneira.

A lesão típica é denominada punctória ou puntiforme. Em geral, apresenta abertura externa reduzida e trajeto proporcionalmente profundo. Sua gravidade não pode ser estimada apenas pela dimensão da pele, porque o instrumento pode atingir vasos, nervos, órgãos e cavidades.

Orifício, trajeto e profundidade

O orifício pode assumir forma circular, ovalada ou semelhante a pequena fenda. A elasticidade cutânea modifica sua aparência, fazendo com que o diâmetro observado não corresponda exatamente ao calibre do instrumento.

O trajeto é o percurso produzido nos tecidos. Pode ser retilíneo, oblíquo ou desviado por ossos e estruturas resistentes. A profundidade aparente também não permite determinar com exatidão o comprimento do instrumento, pois tecidos podem ser comprimidos durante a ação.

As principais complicações decorrem de:

- Perfuração de vasos, com hemorragia externa ou interna.
- Penetração em cavidades corporais.
- Lesão de órgãos sólidos ou ocos.
- Introdução de microrganismos e corpos estranhos.
- Formação de trajetos estreitos, nos quais o sangramento externo pode ser discreto.

► Instrumentos cortantes

Ação do gume por deslizamento

Instrumentos cortantes possuem borda afiada e atuam principalmente por deslizamento. Navalhas, lâminas e fragmentos de vidro podem produzir esse mecanismo. A lesão característica é a ferida incisa.

As feridas incisais geralmente apresentam bordas regulares, nítidas e pouco contundidas. Há predomínio do comprimento sobre a profundidade, embora essa relação possa variar conforme a força, o instrumento e a região corporal.

Os vasos e tecidos são seccionados de maneira relativamente uniforme. Em regra, não existem pontes de tecido unindo as paredes, característica útil para diferenciá-las das feridas contusas.

► Características das feridas incisais

Bordas, ângulos e cauda de escoriação

A retração elástica da pele pode afastar as bordas e modificar a largura da ferida. Quando a incisão atravessa perpendicularmente as linhas de tensão cutânea, a abertura tende a ser maior. Quando acompanha essas linhas, pode permanecer mais estreita.

Um dos extremos pode apresentar prolongamento superficial denominado cauda de escoriação. Esse achado pode indicar o término do movimento e contribuir para a análise do sentido do corte. Contudo, movimentação da vítima, repetição do gesto ou irregularidades da superfície podem limitar essa interpretação.

► Padrões de interesse médico-legal

Defesa, hesitação e regiões vulneráveis

Feridas de defesa podem aparecer em mãos, dedos, antebraços e outras regiões usadas para proteger o corpo ou segurar o instrumento. Podem ser cortantes, perfurocortantes ou contusas e não constituem prova isolada da dinâmica.

Lesões de hesitação são cortes geralmente superficiais, agrupados e próximos de uma lesão mais profunda. Possuem valor apenas indicativo, pois padrões semelhantes podem ocorrer em outras circunstâncias.

Feridas cervicais podem atingir vasos, vias respiratórias e estruturas nervosas. A avaliação deve incluir profundidade, direção, continuidade, lesões associadas e exame das roupas.

► Diferenciação de feridas contusas

Regularidade e pontes de tecido

Feridas incisais apresentam maior regularidade e secção limpa. Feridas contusas costumam ter bordas irregulares, escoriadas ou equimóticas, com pontes de tecido no fundo.

Essa diferenciação pode ser difícil em regiões onde a pele está apoiada sobre osso, pois um impacto contundente pode produzir ferida aparentemente linear. Nesses casos, o exame cuidadoso das margens e do fundo é indispensável.

LESÕES PRODUZIDAS POR INSTRUMENTOS CONTUNDENTES

► Mecanismos de ação

Impacto, pressão, atrito e compressão

Instrumentos contundentes atuam por meio de superfície sem ponta ou gume predominante. O agente pode ser um objeto, uma superfície fixa, o solo, um veículo ou o próprio corpo humano.

A lesão depende da energia transferida, da área de contato, da duração da força e da sustentação do tecido. Impactos concentrados provocam danos diferentes de compressões extensas e prolongadas.

► Escoriações

Perda superficial da epiderme

Escoriação é a lesão superficial produzida por atrito ou arrancamento da epiderme. Pode ocorrer por raspagem, arrastamento, pressão tangencial ou impressão de uma superfície.

Quando o agente possui relevo, a escoriação pode reproduzir parcialmente seu desenho. Esse padrão deve ser documentado antes que cicatrização, limpeza ou manipulação alterem o aspecto.

ARQUIVOLOGIA

ARQUIVÍSTICA: PRINCÍPIOS E CONCEITOS

ARQUIVÍSTICA: FUNDAMENTOS, OBJETO E CAMPO DE ATUAÇÃO

► Conceito de Arquivística

A Arquivística é a disciplina que estuda os arquivos, os documentos de arquivo, suas relações orgânicas, seus contextos de produção e os métodos empregados para sua gestão, preservação, organização, descrição e acesso. Seu objeto não se limita ao documento isolado. A análise arquivística considera o conjunto documental, a entidade produtora, as funções exercidas, os processos que originaram os registros e as relações internas que conferem significado ao acervo.

Os documentos de arquivo surgem como consequência natural das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Eles registram decisões, atos, transações, direitos, obrigações e procedimentos. Essa origem funcional distingue os documentos arquivísticos de materiais reunidos artificialmente por assunto, interesse temático ou finalidade colecionista.

A Arquivística trabalha com documentos em qualquer suporte. Registros textuais, audiovisuais, cartográficos, iconográficos, sonoros, digitais e eletrônicos podem integrar arquivos, desde que tenham sido produzidos ou recebidos no exercício de atividades e mantenham vínculo com o contexto que lhes deu origem.

► Arquivo como instituição, conjunto e local

A palavra arquivo possui diferentes sentidos. Pode designar o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade; a instituição responsável pela custódia, gestão e acesso; ou o espaço físico e tecnológico destinado à guarda. A interpretação adequada depende do contexto em que o termo é utilizado.

Como conjunto documental, o arquivo resulta de acumulação orgânica. Os documentos se agregam em razão das atividades do produtor, e não por seleção temática posterior. Como instituição, o arquivo estabelece políticas, procedimentos, serviços e controles. Como local, compreende depósitos, áreas técnicas, repositórios digitais e ambientes de consulta.

Documento de arquivo

O documento de arquivo é um registro produzido ou recebido no curso de uma atividade, mantido como evidência e informação. Seu significado deriva do conteúdo, da forma, da estrutura e do contexto. Elementos como autor, destinatário, data, função, trâmite, vínculo com outros documentos e posição no conjunto contribuem para sua compreensão.

A autenticidade relaciona-se à capacidade de demonstrar que o documento é aquilo que declara ser. A integridade indica que o registro permanece completo e não sofreu alteração indevida. A confiabilidade está ligada à precisão com que representa o fato ou a atividade documentada. A usabilidade depende da possibilidade de localizar, recuperar, interpretar e utilizar o documento.

► Finalidades da Arquivística

A Arquivística busca garantir que os documentos permaneçam organizados, acessíveis, autênticos e preservados pelo tempo necessário. Também promove racionalização administrativa, transparência, proteção de direitos, memória institucional e produção de conhecimento.

Algumas finalidades se articulam de maneira permanente:

- **Eficiência administrativa:** assegurar localização rápida e uso adequado dos documentos.
- **Prova e responsabilização:** manter registros capazes de demonstrar atos, decisões e obrigações.
- **Preservação:** proteger documentos de valor duradouro contra perda, deterioração e obsolescência.
- **Acesso:** disponibilizar informações conforme regras, restrições e necessidades legítimas.
- **Memória:** conservar registros representativos das atividades e da trajetória institucional.

PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E ORGANIZAÇÃO DOS FUNDOS

► Princípio da proveniência

O princípio da proveniência determina que os documentos de diferentes produtores não sejam misturados. Cada fundo deve conservar sua identidade, refletindo a entidade, família ou pessoa responsável por sua produção e acumulação.

Esse princípio protege o contexto de criação e impede que os documentos percam seu significado original. Quando registros de instituições distintas são reunidos apenas por assunto, torna-se difícil compreender responsabilidades, competências e relações funcionais.

► Respeito à ordem original

A ordem original corresponde à organização atribuída aos documentos pelo produtor durante o exercício de suas atividades. Sua preservação contribui para revelar fluxos, procedimentos, hierarquias e relações administrativas.

A ordem original não precisa ser reproduzida mecanicamente quando inexistente, incoerente ou profundamente alterada. Nesses casos, o tratamento deve buscar reconstruir a lógica

funcional do conjunto com base em evidências documentais e conhecimento da entidade produtora. A intervenção precisa ser registrada para que futuras interpretações distingam a organização original das ações arquivísticas posteriores.

Proveniência territorial e funcional

A proveniência pode ser analisada sob diferentes perspectivas. A dimensão institucional identifica o produtor. A dimensão funcional examina a atividade geradora. A dimensão territorial considera relações entre documentos e estruturas administrativas localizadas em determinado espaço.

Em estruturas complexas, fusões, extinções e transferências de competência podem alterar a origem administrativa dos documentos. O tratamento arquivístico precisa reconhecer essas mudanças sem apagar a trajetória dos registros.

► Princípio da organicidade

A organicidade expressa as relações naturais entre os documentos de um arquivo. Essas relações surgem porque os registros são produzidos no desenvolvimento de funções interdependentes. Um documento isolado pode ter compreensão limitada, enquanto o conjunto revela o processo completo.

A organicidade fundamenta a classificação arquivística, que organiza documentos conforme funções, atividades e séries. Também orienta descrição, avaliação e acesso, pois as relações entre os registros devem ser mantidas e representadas.

► Princípio da unicidade

A unicidade indica que cada documento ocupa posição singular dentro do conjunto arquivístico. Mesmo quando existem cópias, o documento possui função específica no processo em que foi inserido. Uma via assinada, uma cópia de consulta e uma reprodução de segurança podem ter conteúdos semelhantes, mas desempenham papéis distintos.

A unicidade não significa ausência absoluta de duplicação. Ela destaca a posição contextual do documento. A análise deve considerar por que a cópia foi produzida, quem a utilizou, que função cumpriu e se possui valor administrativo ou probatório próprio.

Indivisibilidade e integridade dos fundos

A indivisibilidade determina que fundos e conjuntos orgânicos não sejam fragmentados sem necessidade técnica ou justificativa institucional. A dispersão física ou digital pode comprometer relações contextuais, dificultar acesso e reduzir valor probatório.

Quando a custódia é distribuída, sistemas de descrição e controle devem manter a unidade intelectual do fundo. A integridade arquivística depende menos da concentração física absoluta e mais da preservação das relações, da proveniência e da rastreabilidade.

CICLO DE VIDA, VALORES E FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS

► Teoria das três idades

A teoria das três idades divide a trajetória dos documentos em fases corrente, intermediária e permanente. Essa divisão orienta decisões sobre guarda, acesso, transferência, avaliação e destinação.

Na fase corrente, os documentos são frequentemente consultados e necessários às atividades em andamento. Na fase intermediária, o uso diminui, mas ainda existem razões administrativas, jurídicas, fiscais ou probatórias para retenção. Na fase permanente, os documentos são preservados por valor secundário e passam a integrar o patrimônio documental.

► Valores primário e secundário

O valor primário decorre da utilidade do documento para a atividade que o produziu. Pode ser administrativo, jurídico, fiscal, técnico ou operacional. Esse valor tende a diminuir com o tempo, embora sua duração varie conforme a natureza do registro.

O valor secundário manifesta-se quando o documento conserva interesse permanente além da finalidade inicial. Pode decorrer de sua capacidade de provar a estrutura, as funções e as ações do produtor ou de fornecer informações relevantes para pesquisa, memória e compreensão social.

Avaliação documental

A avaliação documental identifica valores, define prazos de guarda e estabelece destinação. Ela exige conhecimento das funções institucionais, da legislação aplicável, dos riscos, das necessidades de prova e do potencial informativo.

A decisão não pode se basear apenas no volume, no suporte ou na antiguidade. Documentos recentes podem ter valor permanente, enquanto registros antigos podem possuir utilidade limitada. A análise deve considerar séries documentais, relações orgânicas e representatividade.

► Funções arquivísticas

As funções arquivísticas abrangem produção, classificação, avaliação, aquisição, descrição, preservação e difusão. Embora possam ser apresentadas separadamente, elas são interdependentes.

A produção controlada reduz redundância e melhora qualidade. A classificação organiza segundo funções. A avaliação define prazos e destinação. A aquisição incorpora documentos à custódia. A descrição representa o contexto e o conteúdo. A preservação assegura permanência. A difusão amplia acesso e uso responsável.

Classificação e descrição

A classificação organiza os documentos segundo a estrutura funcional do produtor. Ela ocorre preferencialmente desde a fase corrente e serve de base para arquivamento, recuperação e temporalidade.

A descrição arquivística produz representações que permitem identificar e compreender os documentos e seus contextos. Pode abranger fundo, seção, série, dossiê e item documental. A

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL (LEI Nº 12.037/2009 E SUAS ALTERAÇÕES)

LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

O VICE – PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta Lei.

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

- I – carteira de identidade;
- II – carteira de trabalho;
- III – carteira profissional;
- IV – passaporte;
- V – carteira de identificação funcional;
- VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.

Parágrafo único. Para as finalidades desta Lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.

Art. 3º Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

- I – o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;
- II – o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;
- III – o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;
- IV – a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa;
- V – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;
- VII – houver recebimento da denúncia pelo juiz por: (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência
 - a) crime praticado com grave violência contra a pessoa; (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência
 - b) crime contra a liberdade sexual ou crime sexual contra vulnerável; (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência

c) crimes contra criança ou adolescente previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B e 241-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência

d) crime previsto no art. 2º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando a organização criminosa utilizar ou tiver à sua disposição armas de fogo. (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência

Parágrafo único. As cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, ainda que consideradas insuficientes para identificar o indiciado.

Art. 4º Quando houver necessidade de identificação criminal, a autoridade encarregada tomará as providências necessárias para evitar o constrangimento do identificado.

Art. 5º A identificação criminal incluirá o processo datiloscópico e o fotográfico, que serão juntados aos autos da comunicação da prisão em flagrante, ou do inquérito policial ou outra forma de investigação.

§ 1º Nas hipóteses dos incisos IV e VII do caput do art. 3º, a identificação criminal incluirá a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético. (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência

§ 2º Nos casos de prisão em flagrante em decorrência do cometimento dos crimes referidos no inciso VII do caput do art. 3º desta Lei, também será realizada a identificação criminal que incluirá a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético. (Incluído pela Lei nº 15.295, de 2025) Vigência

Art. 5º-A. Os dados relacionados à coleta do perfil genético deverão ser armazenados em banco de dados de perfis genéticos, gerenciado por unidade oficial de perícia criminal. (Incluído pela Lei nº 12.654, de 2012)

§ 1º As informações genéticas contidas nos bancos de dados de perfis genéticos não poderão revelar traços somáticos ou comportamentais das pessoas, exceto determinação genética de gênero, consoante as normas constitucionais e internacionais sobre direitos humanos, genoma humano e dados genéticos. (Incluído pela Lei nº 12.654, de 2012)

§ 2º Os dados constantes dos bancos de dados de perfis genéticos terão caráter sigiloso, respondendo civil, penal e administrativamente aquele que permitir ou promover sua utilização para fins diversos dos previstos nesta Lei ou em decisão judicial. (Incluído pela Lei nº 12.654, de 2012)

§ 3º As informações obtidas a partir da coincidência de perfis genéticos deverão ser consignadas em laudo pericial firmado por perito oficial devidamente habilitado. (Incluído pela Lei nº 12.654, de 2012)

Art. 6º É vedado mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Art. 7º No caso de não oferecimento da denúncia, ou sua rejeição, ou absolvição, é facultado ao indiciado ou ao réu, após o arquivamento definitivo do inquérito, ou trânsito em julgado da sentença, requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo, desde que apresente provas de sua identificação civil.

Art. 7º-A. A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

I - no caso de absolvição do acusado; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

II - no caso de condenação do acusado, mediante requerimento, após decorridos 20 (vinte) anos do cumprimento da pena. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Art. 7º-B. A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo. (Incluído pela Lei nº 12.654, de 2012)

Art. 7º-C. Fica autorizada a criação, no Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 1º A formação, a gestão e o acesso ao Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 2º O Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais tem como objetivo armazenar dados de registros biométricos, de impressões digitais e, quando possível, de íris, face e voz, para subsidiar investigações criminais federais, estaduais ou distritais. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 3º O Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais será integrado pelos registros biométricos, de impressões digitais, de íris, face e voz colhidos em investigações criminais ou por ocasião da identificação criminal. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 4º Poderão ser colhidos os registros biométricos, de impressões digitais, de íris, face e voz dos presos provisórios ou definitivos quando não tiverem sido extraídos por ocasião da identificação criminal. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 5º Poderão integrar o Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais, ou com ele interoperar, os dados de registros constantes em quaisquer bancos de dados geridos por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e distrital, inclusive pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Institutos de Identificação Civil. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 6º No caso de bancos de dados de identificação de natureza civil, administrativa ou eleitoral, a integração ou o compartilhamento dos registros do Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais será limitado às impressões digitais e às informações necessárias para identificação do seu titular. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 7º A integração ou a interoperação dos dados de registros multibiométricos constantes de outros bancos de dados com o Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais ocorrerá por meio de acordo ou convênio com a unidade gestora. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 8º Os dados constantes do Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais terão caráter sigiloso, e aquele que permitir ou promover sua utilização para fins diversos dos previstos nesta Lei ou em decisão judicial responderá civil, penal e administrativamente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 9º As informações obtidas a partir da coincidência de registros biométricos relacionados a crimes deverão ser consignadas em laudo pericial firmado por perito oficial habilitado. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 10. É vedada a comercialização, total ou parcial, da base de dados do Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 11. A autoridade policial e o Ministério Público poderão requerer ao juiz competente, no caso de inquérito ou ação penal instaurados, o acesso ao Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revoga-se a Lei nº 10.054, de 7 de dezembro de 2000.

Brasília, 1º de outubro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

CARTEIRA DE IDENTIDADE (LEI Nº 7.116/1983 E SUAS ALTERAÇÕES, DECRETO Nº 89.250/1983 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI Nº 5.553/1968 E SUAS ALTERAÇÕES)

Prezado(a),

Informamos que o Decreto nº 89.250/1983 foi revogado pelo Decreto nº 9.278, de 2018 que, por sua vez, também foi formalmente revogado por legislações posteriores.

Considerando o elevado número de revogações e alterações sucessivas, não anexaremos a legislação neste momento, a fim de evitar informações desatualizadas.

Bons estudos!

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Art. 2º (Vetado).

Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!